

Apropriação das políticas curriculares pela pesquisa em Educação e em Educação em Ciências

Appropriation of curricular policies by research in Education and in Science Education

Gleice Ferraz (NUTES/UFRJ - Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde / UFRJ);
Liliane Oliveira (NUTES/UFRJ - Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde / UFRJ);
Flavia Rezende (NUTES/UFRJ - Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde / UFRJ)

Resumo

Por mais que as políticas educacionais sejam formuladas por comunidades epistêmicas, que também representam o meio acadêmico em um dado momento, uma diversidade de especificidades direcionam sua apropriação. Neste sentido, o presente trabalho teve como objetivo investigar a apropriação acadêmica das políticas curriculares do nível médio, a partir de uma análise dos artigos publicados na última década nos principais periódicos nacionais das áreas de Educação e Educação em Ciências. Os trabalhos identificados a partir de palavras-chave foram separados entre os que tinham como foco a discussão das políticas e aqueles que apenas citavam os documentos. Entre os 21 artigos (0,74%) que se enquadraram no primeiro grupo, encontramos dois tipos de apropriação: o primeiro, por pesquisadores em Educação, que discutem as políticas se posicionando criticamente e contestando sua imposição e outro, por pesquisadores em Educação em Ciências, que se voltam para sua implementação nas escolas, demonstrando aceitação do discurso oficial.

Palavras-chave: políticas curriculares, apropriação, educação, educação em ciências.

Abstract

As much as educational policies are formulated by the epistemic communities, which also represent the academy at a given time, a variety of specificities influence their appropriation. Thus, the present study aimed to investigate the academic appropriation of the curriculum policies analysing articles published in national journals in the areas of Education and Science Education in the last decade. Keywords were used to identify the articles related to the curricular policies. They were then separated in two groups: the ones that had the policies as the focus of the study and the others, which cited the policies superficially. Among the 21 articles (0,74%) that fit the first group, we found two types of appropriation: one, by researchers in Education, who discuss the policies from a critical position and other, by researchers in Science Education, who focus its implementation in schools, demonstrating acceptance of official discourse.

Key words: curricular policies, appropriation, education, science education.

Introdução

Desde a década de 90, o Brasil vem implementando reformas na educação básica, tomando o currículo como seu principal alvo. Essas reformas são construídas com base em uma convergência de discursos que buscam articular a educação ao panorama mundial. A esse respeito, Lopes (2006a) associa a convergência de políticas à ação das comunidades

epistêmicas, pois estas têm o poder de favorecer determinados discursos e determinadas concepções e visões de mundo, como soluções para os problemas vivenciados socialmente. Na medida em que são várias comunidades epistêmicas, dentre elas, grupos da comunidade acadêmica, elas podem influenciar as políticas de diversas maneiras, em nível local, nacional ou global, permitindo explicar não apenas a convergência das políticas, mas também sua heterogeneidade.

Uma vez instituídas, as políticas curriculares são recontextualizadas no contexto da prática. É nesse contexto que as políticas, da forma como se originaram, são redefinidas, pois são alvo de múltiplas interpretações por diversos sujeitos, interpretações essas que, pouco provavelmente, são passíveis de serem controladas pelos autores dos textos (BALL apud LOPES, 2005). Lopes (2005) explica que essa reinterpretação se dá à medida que, ao circularem no corpo social da educação, os textos, oficiais e não oficiais, são fragmentados. Alguns fragmentos passam então a ser mais valorizados que outros e, associados a outros fragmentos, são ressignificados e refocalizados.

As diretrizes curriculares nacionais (DCNEM) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM¹) são os principais documentos balizadores da reforma curricular brasileira, expressando seus princípios e indicando intenções públicas para a escolarização. As ações propostas nesses documentos visam fazer as escolas rediscutirem suas formas de organizar os saberes, seja pela busca de maior inter-relação entre os mesmos, via interdisciplinaridade, seja por maior sintonia desses saberes com a vida contemporânea, via contextualização e tecnologias (LOPES, 2002a, 2002b). Os documentos curriculares oficiais são vistos como um instrumento para a qualidade do ensino, já que se espera que venham orientar o trabalho pedagógico do professor em exercício. Tais textos oferecem critérios e referências para decisões de planejamento, intervenção direta no processo de ensino/aprendizagem e avaliação. Nas escolas, diversos fatores têm influência sobre o uso ou não destes documentos, tais como a interpretação que os professores fazem dos documentos, os recursos materiais e humanos disponíveis nas escolas, os interesses pessoais e profissionais dos docentes e o conjunto da política educacional vigente.

Assim, por mais que a elaboração das políticas educacionais seja orientada, de forma geral, pelas agências internacionais de fomento, em cada contexto particular há especificidades locais, finalidades sociais que direcionam a demanda dessas políticas. Toda política curricular seria, deste modo, uma política cultural (LOPES, 2004), pois é fruto de uma seleção da cultura, de embate entre sujeitos, concepções de conhecimento, formas de entender e construir o mundo.

O que a pesquisa tem apontado é o baixo impacto das reformas curriculares na realidade escolar. De acordo com Santos (2002), seria cabível pensarmos que, definindo um currículo nacional, selecionando os livros didáticos a serem adotados pelas escolas, capacitando os professores para desenvolver as competências consideradas fundamentais para o exercício de sua função, haveria uma notável melhoria no sistema educacional brasileiro, porém este processo não é tão simples como parece.

Na área de pesquisa em ensino de Ciências, Co-Autor e Ostermann (2005) apontam que, de uma maneira geral, há uma aceitação acrítica dos PCN por parte de professores e pesquisadores. As autoras observaram, a partir de um levantamento de trabalhos publicados

¹ No presente trabalho, por estarmos tratando das políticas curriculares para o nível médio, iremos nos referir aos Parâmetros Curriculares Nacionais utilizando a sigla PCNEM. Ao analisarmos os trabalhos de outros autores, mesmo se tratando de políticas curriculares para o nível médio, utilizaremos a sigla escolhida pelos próprios (PCN ou PCNEM).

na pesquisa nesta área, a grande preocupação em atender à proposta dos PCN e, assim, respaldar o que está sendo pesquisado. As autoras também afirmam que, em alguns casos, as orientações contidas nos documentos desempenham o papel de referencial teórico dos estudos.

Em um levantamento mais amplo, Co-Autor et al. (2009) afirmam que a ênfase das pesquisas da área de Ensino de Ciências é colocada nos aspectos cognitivos do processo de ensino-aprendizagem, deixando-se de fora outros aspectos envolvidos nele, como por exemplo, a discussão sobre o currículo.

Diante do silêncio encontrado nos estudos mencionados e da necessidade de se fomentar a discussão sobre as políticas curriculares, o presente trabalho enfoca a apropriação acadêmica das políticas curriculares do nível médio por pesquisadores das áreas de Educação e de Educação em Ciências. O processo de reinterpretação e adaptação das políticas curriculares pelos pesquisadores será considerado como sendo a apropriação dessas políticas, pois, segundo Bakhtin (2006), a apropriação consiste, justamente, em povoar a palavra do outro com suas próprias palavras, sua própria intenção, seu próprio acento, adaptando-a a sua própria intenção semântica e expressiva.

Metodologia

A análise da apropriação das políticas curriculares pelos pesquisadores em Educação e em Educação em Ciências foi feita a partir das seguintes etapas: a) levantamento do universo de trabalhos que tinham os PCNEM e as DCNEM como principal foco de estudo ou que apenas citavam as políticas; b) classificação e caracterização dos trabalhos segundo temáticas a partir da análise de conteúdo; c) síntese dos trabalhos e d) análise das intenções dos autores, mostrando indícios da apropriação das políticas curriculares.

a) Levantamento do universo de trabalhos e identificação dos trabalhos a serem analisados

O universo de trabalhos é composto pelo total de trabalhos publicados no período de 2000 a 2010 nos volumes dos principais periódicos nacionais nas áreas de Educação e de Ensino de Ciências como apresenta a coluna Total de artigos acessados, nas Tabelas 1 e 2. Decidimos por incluir no levantamento não apenas os periódicos da área de Ensino de Ciências, mas também da área de Educação por considerarmos a apropriação acadêmica das políticas curriculares comum a essas duas áreas. O período analisado foi escolhido devido ao fato dos principais documentos curriculares oficiais terem sido divulgados no final da década de 90. Dessa forma, analisaremos como a pesquisa tem refletido sobre estes documentos desde a sua divulgação até a presente data.

Para identificar os trabalhos sobre políticas curriculares, cada um dos trabalhos publicados foi acessado individualmente e buscou-se em seu corpo de texto referência às palavras: PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais, política curricular, DCN, diretrizes curriculares. Caso fosse encontrada alguma das palavras, o conteúdo do trabalho era então analisado para identificar se o trabalho tratava de um estudo cujo foco principal era a discussão das políticas (coluna Artigos com foco nas políticas curriculares das Tabelas 1 e 2) ou se apenas citava as políticas curriculares de maneira superficial (Tabela 3).

Além dos trabalhos publicados em língua estrangeira, foram excluídos os artigos que tratavam do Ensino Fundamental e aqueles relacionados às políticas educacionais de maneira muito geral, e não especificamente às políticas curriculares.

Tabela 1: Trabalhos com foco nas políticas curriculares na área de Ensino de Ciências

Periódicos da Área de Ensino de Ciências	Volume	Total de artigos acessados	Artigos com foco nas políticas curriculares
Caderno Bras. de Ens. Física	17 - 27	268	02
A Física na Escola	1 - 11	180	01
Investigações em Ens. Ciências	5 - 15	159	03
Revista Bras. de Ens. de Física	22 - 32	607	02
Revista Bras. De Pesq. Educ. Ciências	1 - 10	110	01
Ensaio Pesq. em Educ. em Ciências	2 - 12	149	00
Ciência & Educação	7 - 16	274	03
Total		1.588	12

Tabela 2: Trabalhos com foco nas políticas curriculares na área de Educação

Periódico da Área de Educação	Volume	Total de artigos acessados	Artigos com foco nas políticas curriculares
Revista Brasileira de Educação	13 - 42	286	04
Educação e Sociedade	21 - 31	609	04
Cadernos de Pesquisa	34 - 40	331	01
Total		1.266	09

Tabela 3: Trabalhos que apenas citam as políticas curriculares

Periódicos	Total de artigos que citam as políticas curriculares
Cadernos de pesquisa	53
Educação e sociedade	70
Revista Brasileira de Educação	21
Ciência & Educação	64
Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências	17
Revista Bras. de Pesq. em Educ. em Ciências	6
Revista Brasileira de Ensino de Física	14
Investigações em Ensino de Ciências	26
A Física na Escola	9
Caderno Brasileiro de Ensino de Física	19

b) Classificação dos trabalhos em temáticas

A classificação de cada trabalho foi feita a partir da análise do conteúdo e visou, fundamentalmente, levantar seu objeto de estudo e identificar sua principal temática.

c) Síntese dos trabalhos classificados segundo categorias temáticas

As sínteses dos trabalhos foram elaboradas a partir da identificação dos objetivos dos estudos, dos referências teóricos utilizados e dos resultados dos artigos analisados.

d) Apropriação das políticas curriculares pelos autores

Sendo a apropriação o povoamento da palavra do outro com suas próprias intenções, buscamos, nesta etapa do estudo, identificar o posicionamento e intenções dos autores em relação às políticas curriculares. Pretendemos, a partir das sínteses, ter indícios dos posicionamentos dos autores em relação às políticas curriculares e assim, de sua apropriação.

Classificação dos trabalhos em temáticas

A análise dos conteúdos dos trabalhos permitiu identificar e distribuir os trabalhos nas temáticas apresentadas na Tabela 4. Ressaltamos que estas categorias não foram elaboradas a priori e sim ao longo das análises realizadas.

A distribuição dos 21 trabalhos que têm como foco as políticas curriculares nas temáticas identificadas mostrou que, embora apenas 0,74% dos artigos publicados nas áreas de Ensino

de Ciências e de Educação se debruçam sobre o tema, são variadas as reações da comunidade acadêmica em relação a esse tema.

Tabela 4: Classificação dos trabalhos com foco nas políticas curriculares em temáticas

Temática	Nº de trabalhos	Na área de Educação	Na área de Ensino de Ciências
Análise dos discursos das políticas curriculares	7	3	4
Políticas curriculares e a formação docente	2	0	2
Políticas curriculares na prática docente	6	0	6
Políticas curriculares e as finalidades da educação	3	3	0
Abordagens metodológicas para a pesquisa em políticas curriculares	1	1	0
Relações entre Estado e as políticas curriculares	2	2	0
Total	21	9	12

Sínteses dos trabalhos classificados segundo categorias temáticas

Análise dos discursos das políticas curriculares

A partir da abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball e do entendimento de comunidade disciplinar escolar de Ivor Goodson, Busnardo e Lopes (2010) buscam relacionar os principais discursos que circulam no âmbito das discussões da comunidade de Ensino de Biologia com a produção das políticas curriculares. O estudo baseou-se na análise dos trabalhos relacionados à temática “currículo” apresentados nos principais eventos da área de Ensino de Biologia e em sua maioria autorados por professores da Educação Básica. Os resultados apontam para produções de múltiplos contextos, fruto da circularidade de discursos, pois muitos dos discursos apresentados nos documentos oficiais incluem sentidos do contexto da prática assim como discursos dos documentos são incorporados à prática dos professores.

Lopes (2005) tem como objetivo defender a idéia de que a disciplina escolar é um híbrido de discursos curriculares. Para sustentar tal idéia, é analisado como os textos na área de ensino de Química influenciam as políticas de currículo, hibridizando discursos oficiais e outros discursos curriculares. São articuladas as discussões teóricas de Ball sobre políticas de currículo, de Goodson sobre disciplinas escolares, de Bernstein sobre recontextualização, e de Canclini sobre hibridismo. Ao final da análise, a autora considera evidente o quanto as políticas não são produção exclusiva da esfera oficial, mas contam com uma participação efetiva dos grupos disciplinares em ensino das disciplinas específicas. Tais grupos interferem nas políticas e também regulam seus efeitos na prática. Nesse sentido, compreender os sentidos que são produzidos por esses grupos nas políticas curriculares e os processos de legitimação associados a essas políticas permite entender alguns dos mecanismos que efetivamente condicionam a constituição do conhecimento escolar.

A partir da recontextualização pela comunidade disciplinar de ensino de Física, da concepção de competências propostas oficialmente a partir de 1990, Silva e Lopes (2007) têm como um dos seus objetivos trazer à discussão idéias e princípios adotados em política de currículo. Com base nas discussões teóricas de Ball sobre políticas de currículo, de Goodson sobre disciplinas escolares, de Bernstein sobre recontextualização, e de Canclini sobre hibridismo, defendem que o currículo por competências, apesar de ser um currículo interdisciplinar, é

recontextualizado por sua incorporação a um discurso marcado pela valorização dos conteúdos e da estrutura disciplinar, tradicionalmente valorizado na Educação. A partir da análise de textos selecionados, que compreendiam trabalhos publicados nos principais eventos e revistas da área de Ensino de Física, além de trabalhos de pessoas que se destacavam na área, os autores concluem que na medida em que, na maioria dos trabalhos analisados, se busca o apoio nos PCNEM e nas DCNEM para legitimar as propostas curriculares desejadas, a vinculação com a segunda possibilidade acaba por ser igualmente legitimada, conferindo às competências e habilidades uma centralidade que pode contribuir para a desvalorização de conteúdos e para o empobrecimento da discussão cultural no currículo, reforçando o caráter instrumental de forma mais ampla.

Martins (2000) pretende oferecer contribuições para o debate sobre as mudanças propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas para a reforma do ensino médio no Brasil e divide seu estudo em duas partes: na primeira, avalia o cenário político e econômico como cenário gerador da reforma educacional ocorrida em 90 e, na segunda, discute a Resolução do Conselho Nacional de Educação, de 16/06/1998, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, bem como as Bases Legais – Parte I – dos PCN tomando como referência metodológica para análise desse discurso oficial a proposição de Bardin para os modelos de análise estrutural, procurando revelar os valores implícitos e as condições dos textos legais. A partir dessa análise, o autor finaliza afirmando que é possível que as escolas de nível médio construam seus próprios caminhos para percorrer a complicada relação com novos referenciais teóricos contextualizando os temas culturais e políticos a partir da dinâmica da sociedade brasileira, que tem sido profundamente influenciada pelo redimensionamento da acumulação do capital.

Corazza (2001) e Lopes (2004) têm como foco de estudo a teorização crítica do currículo mostrando a sua contextualização histórico-social e a mescla de diferentes tendências a discursos distintos e muitas vezes contraditórios sobre o tema. Estes autores penetram na complexidade desses processos mostrando a necessidade da apropriação crítica do conceito de hibridismo no sentido de que sejam indagados e postos em foco os processos políticos e socioculturais em que as propostas curriculares se inserem. Tais discussões permitem o questionamento das relações de poder que envolvem nossa sociedade e as políticas curriculares educacionais indicando a existência de tais relações de poder nas políticas curriculares.

Abreu et al. (2005) analisam os conceitos de contextualização e tecnologias presentes nos PCN confrontando-os com as concepções que aparecem em livros didáticos de Biologia e Química, objetivando compreender como esses discursos são apropriados e hibridizados. Os autores defendem a idéia de que entender quais os discursos híbridos presentes nos livros e envolvidos permite identificar as relações de poder que as políticas instituem. A partir deste entendimento, mostram que as orientações sobre contextualização e tecnologias expressas nos livros didáticos de Biologia e Química são hibridizadas a partir de recortes e influências dos campos de pesquisa em ensino da Ciência de referência, dos textos e discursos oficiais e dos discursos sociais circulantes que valorizam princípios gerais no panorama mundial.

Políticas curriculares e a formação docente

O artigo de Carvalho (2001) tem por objetivo analisar o impacto das novas legislações educacionais brasileiras na formação do professor. A autora discute elementos fundamentais que estão sofrendo mudanças na atualidade. Alguns dos elementos apontados pela autora referem-se à dificuldade de entendimento, por parte dos docentes, de conceitos como multidisciplinaridade e integração com a realidade do aluno, presentes nos PCN, e como esta

dificuldade interfere no planejamento das disciplinas científicas. Afirmado que está completamente de acordo com os critérios estabelecidos pela Base Comum Nacional para a formação de todos os professores nos diversos cursos de Licenciatura, e que também está de acordo com a elevação do número de horas de prática de ensino para esses cursos, a autora conclui que somente o professor que tem uma sólida formação nos saberes conceituais e metodológicos de seu conteúdo específico é capaz de planejar atividades de ensino que integrem os três aspectos: o conceitual, o procedimental e o atitudinal propostos pelos PCN.

A pesquisa de Ricardo e Zylbersztajn (2007) tem como objetivo principal investigar como estão sendo tratados os PCN na formação inicial dos futuros professores de ensino médio das disciplinas da área das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, bem como verificar a opinião dos seus formadores acerca desses documentos e sua compreensão a respeito dos principais conceitos neles contidos, a saber, competências, interdisciplinaridade e contextualização, além de discutir alguns aspectos teóricos em relação a essas noções presentes na literatura recente. Foram entrevistados os professores das disciplinas de Metodologia de Ensino e/ou Prática de Ensino dos cursos de licenciatura em biologia, física, matemática e química de três universidades públicas. A partir da análise destas entrevistas, os autores identificaram que há uma boa aceitação dos PCN pelos formadores e que estes os entendem como síntese dos temas pesquisados na área de Ensino das Ciências, inclusive na identificação de problemas que a comunidade acadêmica vem apontando no ensino praticado e que, por outro lado, apenas um pequeno número de professores se coloca contrário aos PCN, seja pela forma que chegaram nas escolas, seja pelo teor dos documentos.

Políticas curriculares na prática docente

O estudo de Veit e Teodoro (2002) tem por objetivo discutir a importância da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação no ensino em conexão com os PCNEM no processo de aprendizagem, defendendo o uso de uma ferramenta computacional que favorece a aprendizagem construtivista. Afirmado ser indispensável o uso adequado das tecnologias de informação, os autores apostam numa grande contribuição dos PCNEM no desenvolvimento dos planejamentos e dialoga, a todo tempo, com trechos do documento na elaboração dos planejamentos de aulas que venham a facilitar a construção do conhecimento através das tecnologias.

Tendo como principal objetivo mostrar e discutir algumas diferenças relevantes entre a versão preliminar e a versão oficial das novas Orientações Curriculares para o Ensino Médio, Ricardo *et al* (2008) investigam, mais especificamente, as modificações acerca da concepção de competências e do ensino de Física Moderna na prática docente. Os autores entendem que tais esclarecimentos podem facilitar a compreensão e implementação das orientações sugeridas no documento e alimentar a permanente reflexão das práticas educacionais e defendem que um ensino por competências, tal como proposto nas novas Orientações Curriculares Nacionais, não implica uma revisão apenas nos conteúdos, mas nas práticas dos professores, pois o que se espera deles é que consigam encontrar uma conjunção entre atividades experimentais, aplicações e discussões conceituais, considerando-se seus aspectos históricos e sociais.

Pena e Ribeiro Filho (2003) têm por objetivo discutir a influência dos PCN para o uso didático da História da Ciência com base em relatos de experiências pedagógicas publicados em periódicos nacionais especializados em ensino de Física (2000 – 2006). O estudo aponta que apesar das orientações dos PCN, a referida abordagem histórica ainda não foi traduzida, de maneira significativa, em experiências didáticas. Muitas dificuldades são apontadas para explicar tal fato, como por exemplo, os obstáculos encontrados para estabelecer relações entre

Ciência e educação dentro de uma perspectiva histórica associada a aspectos sociais, econômicos e políticos; a formação precária do corpo docente neste contexto e a falta de materiais didáticos adequados que possam ser utilizados nesta abordagem de ensino.

Ricardo e Zylbersztajn (2002) tiveram como objetivos principais de seu estudo identificar as percepções dos professores do Ensino Médio, da área Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, bem como da diretoria e da supervisora educacional de determinada escola, sobre os PCN e a atual situação de sua implantação no ambiente escolar. O estudo apontou que são vários os obstáculos encontrados para levar à prática as propostas das políticas curriculares sendo um dos principais a dificuldade de compreensão dos professores, diretores e supervisores dos conceitos presentes no documento, como competências e habilidades. Também foram citadas outras dificuldades relacionadas às disciplinas em análise, como a falta e rotatividade de professores, além de dificuldades da escola no âmbito geral, como a desvalorização do profissional e escassez de livros. Dentre as opiniões dos professores, os autores identificaram uma preocupação dos professores com o *como fazer*, com a operacionalidade dos PCN.

Ricardo (2003) tem por objetivo discutir alguns conceitos presentes nas DCN e nos PCN para o Ensino Médio, tais como contextualização, competências e interdisciplinaridade, cuja incompreensão tem se mostrado um dos entraves à implementação das propostas desses documentos em sala de aula. O autor observa que há uma distância a ser vencida entre a proposta e a prática, cujo sucesso depende da superação de algumas dificuldades detectadas em pesquisas anteriores, dentre as quais se destacam: falta de espaço para discussão das propostas do MEC em seu todo e para a elaboração coletiva do projeto político-pedagógico da escola; ausência de programas de formação continuada; desencontro de informações entre as instâncias federais, estaduais e a escola; pouco material didático disponível verdadeiramente compatível com os PCN e afirma que para que se atinja a dimensão da reforma educacional pretendida há a necessidade de rever não só os conteúdos a ensinar, mas, principalmente, as concepções e práticas educacionais correntes.

Partindo de estudos anteriores em que identificam a grande dificuldade de compreensão dos principais conceitos presentes nas DCNEM, PCN e PCN+, a saber, competências, habilidades, interdisciplinaridade e contextualização, por parte dos professores de Ciências do Ensino Médio, Ricardo e Zylbersztajn (2008) pretendem com este estudo oferecer alguns esclarecimentos acerca destes conceitos fundamentais sob o ponto de vista dos seus elaboradores, utilizando entrevistas semi-estruturadas. Como resultado o autor aponta que mesmo entre os elaboradores há ambigüidade terminológica com os conceitos de habilidade e competência. Para os elaboradores a idéia de interdisciplinaridade não é a de se opor às disciplinas, mas de vislumbrar competências e habilidades que, para serem construídas, necessitam dos conhecimentos de mais de uma disciplina.

Políticas curriculares e as finalidades da educação

Dias e Abreu (2006) discutem, a partir dos discursos sobre o mundo do trabalho nos livros didáticos da área de Ciências da coleção “De olho no mundo do trabalho” (editora Scipione), a estreita relação ente educação, economia e os objetivos do currículo. Baseando-se na teoria de Ball, as autoras entendem a constituição das políticas curriculares como um processo de negociação complexo que inclui influência, produção e disseminação de textos circulantes que estão sujeitos à recriação contínua no contexto da prática. Analisando como os discursos sobre o mundo do trabalho são apropriados e recontextualizados, as autoras afirmam que os livros didáticos se apropriam dos conceitos sociais e econômicos de valorização dos saberes necessários à produção de riquezas (científico-tecnológico) e de outros interesses, sofrendo

influência de todos os contextos que participam do processo de formação das políticas curriculares. Posicionam-se, por fim, contra esta política na medida em que desta forma a educação e o conhecimento importam apenas quando seus fins podem gerar vantagens econômicas.

Lopes (2002c) objetiva, neste trabalho, demonstrar que o processo de produção de um discurso curricular híbrido nos PCNEM tem por principal finalidade a inserção social do indivíduo no mundo produtivo. Sua crítica a esta finalidade reside no fato de que ela limita a dimensão cultural da educação. Desenvolvendo suas idéias a partir dos conceitos de recontextualização (Bernstein) e de hibridismo (Canclini) e apontado as ambigüidades expressas no conceito de contextualização nos documentos oficiais como exemplo do discurso híbrido, a autora afirma que essas ambigüidades são entendidas como uma ressignificação dos discursos curriculares acadêmicos e defende que tais ambigüidades são uma forma de se legitimar os parâmetros junto a diferentes grupos sociais.

Macedo (2009) analisa os PCN, especialmente os de Ciências e os Temas Transversais tendo como foco articulações universalistas que buscam minar as demandas da diferença. Apóiam-se na teoria discursiva de Laclau e Mouffe, em que as políticas curriculares são entendidas como articulações hegemônicas em torno do que vem a ser entendido como “qualidade da educação”. Ao fazer a análise do documento, a autora afirma que ao falar da finalidade de educar para a cidadania o documento está falando em nome de uma totalidade impossível, de um universal que, como todo universal, constitui-se com base em exclusões. Nesse sentido, entende que, ao preencher o significante *qualidade* com a promessa de educar para a cidadania, os Temas Transversais jogam as demandas da diferença para a margem numa articulação que permite o controle desse espaço por discursos universalistas e excludentes.

Abordagens metodológicas para a pesquisa em políticas curriculares

O trabalho de Oliveira e Destro (2005) tem por principal objetivo discutir concepções de política curricular para caracterizar uma abordagem metodológica de pesquisa que evidencie processos contra-hegemônicos em políticas curriculares. Os pressupostos dos autores residem na centralidade da cultura em termos epistemológicos, a ampliação do campo político e a lógica espacial não-binária dos estudos pós-coloniais. A política curricular é então entendida como uma política cultural ao ser definida como um processo histórico no qual diferentes protagonistas produzem tensões em torno da produção, circulação e consolidação de significados no currículo escolar. Dessa forma, os autores sugerem o deslocamento da abordagem metodológica hegemônica, ou seja, da perspectiva global/local para a perspectiva local/global, e "consideram um equívoco focalizar produção ou implementação, Estado ou cotidiano em pesquisas de política curricular." (p.148) Enfim, pontuam algumas questões que podem pautar estudos com essa perspectiva.

Relações entre o Estado e as políticas curriculares

Pacheco (2000) tem por objetivo identificar diferentes significados para o termo descentralização, nas questões curriculares e na construção do referencial das políticas curriculares, argumentando que o currículo é um processo intencional e prático em que os principais atores são os professores e os alunos. Para tanto, exhibe um panorama do período da reforma educacional das décadas de 80 e 90 no Brasil, na qual, apesar de ter presentes idéias inovadoras da descentralização, o Estado continua a ser centralista nos aspectos mais substantivos do currículo pela formulação dos objetivos, da seleção e organização dos conteúdos, da proposta de atividades e do controle da avaliação, apagando assim o protagonismo dos seus principais atores.

Hypólito (2010) objetiva analisar as políticas curriculares desenvolvidas no contexto da globalização e do neoliberalismo que têm orientado as ações do Estado no campo educacional, como forma de regulação social. Assim, discute os efeitos das políticas do Estado para o currículo e o modo de gestão que regula a educação e o trabalho escolar. O autor conclui afirmando que os modos de gestão, constantemente mostrados como a solução para a educação, chegam às escolas como formas estranhas de administração e a cada dia mais se mostram ineficientes para enfrentar os problemas escolares.

Apropriação das políticas curriculares pelos autores

À luz da perspectiva Bakhtiniana, encontramos diferenças entre as apropriações que os trabalhos fazem das políticas curriculares: nas temáticas “Análise do discurso das políticas curriculares”, “Políticas curriculares e as finalidades da educação”, “Abordagens metodológicas para a pesquisa em políticas curriculares” e “Relações entre o Estado e as políticas curriculares”, notamos intenções mais críticas tanto em relação ao teor dos documentos curriculares oficiais quanto às suas finalidades e relações de poder envolvidas, ao passo que nas temáticas “Políticas curriculares e a formação docente” e “Políticas curriculares na prática docente”, os autores têm como intenção, fundamentalmente, discutir problemas da formação e da prática docente que dificultam a implementação das políticas curriculares nas escolas e, aceitando o discurso oficial, pouco refletem sobre essas políticas como algo que deve ser problematizado e discutido.

Nos trabalhos sobre análise do discurso e processo de hibridismo nas políticas, pudemos perceber um acento valorativo positivo dado aos discursos extra-oficiais, nas escolas e comunidades disciplinares, que se fundem aos discursos oficiais. Esse processo confere aos textos curriculares oficiais novos sentidos e significados, independentemente de haver maior ou menor esclarecimento sobre esses textos (CORAZZA, 2001; LOPES, 2004; BUSNARDO e LOPES, 2010; LOPES, 2005; SILVA e LOPES, 2007; ABREU et al., 2005).

Quanto à relação das políticas curriculares com as finalidades da educação, a intenção dos autores é demonstrar que o currículo não é um artefato neutro e que existe nos documentos curriculares oficiais uma valorização de determinados conhecimentos em detrimento de tantos outros, com o objetivo de atingir determinadas finalidades, tais como inserir o indivíduo no mundo produtivo, gerando riquezas e vantagens econômicas (DIAS e ABREU, 2006; LOPES, 2002c) e a homogeneização dos indivíduos, ou seja, a tentativa de desvalorização das diferenças (MACEDO, 2009).

Nos trabalhos que tratam da implementação das políticas curriculares, seja na formação ou na prática docente, as pesquisas acentuam a questão da distância entre o que está proposto nos documentos curriculares oficiais e o que ocorre de fato na prática escolar, tentando oferecer recursos para minimizar as dificuldades de implementação das políticas curriculares vigentes (RICARDO, 2003; RICARDO e ZYLBERSZTAJN, 2008; RICARDO e ZYLBERSZTAJN, 2002). Neste sentido, alguns trabalhos publicados nesta área têm também como intenção reivindicar uma melhoria na formação inicial para que esta implementação torne-se possível (RICARDO e ZYLBERSZTAJN, 2007; CARVALHO, 2001; VEIT e TEODORO, 2002; PENA e RIBEIRO FILHO, 2003).

Considerações Finais

Pudemos verificar que as políticas curriculares e o currículo em si não têm sido contemplados pelas pesquisas: apenas 0,74% dos artigos publicados tanto nas áreas de ensino de Ciências e

de Educação se debruçam sobre o tema. Esse dado fortalece a idéia de Silva (1995) que afirma que o currículo tem sido “tomado como algo dado e indiscutível, raramente sendo alvo de problematização, mesmo em círculos educacionais profissionais” (p.184).

Assim como nenhum trabalho da área de Educação ocupou-se de discutir, na última década, a implementação das políticas curriculares na prática e formação docente, nenhum trabalho da área de Educação em Ciências ocupou-se das finalidades educacionais dessas políticas, indicando que existem diferenças substanciais na apropriação dos documentos oficiais pelos pesquisadores das duas áreas. A origem dessa diferença parece estar na apropriação do próprio conceito de currículo enquanto artefato político e cultural pela área de Educação e na base teórica em autores que problematizam as relações de poder implicadas nos processos de produção e reprodução das políticas curriculares.

Referências

- ABREU, R. G.; GOMES, M. M.; LOPES A. C. Contextualização e tecnologias em livros didáticos de Biologia e Química. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 10, n. 3, p. 405-417, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.
- BAKHTIN, M. **The dialogic imagination – Four Essays**. University of Texas Press Slavic Series. Translation of Voprosy literatury i estetiki, 2006
- BUSNARDO, F.; LOPES, A. C. Os discursos da comunidade disciplinar de ensino de Biologia: circulação em múltiplos contextos. **Ciência & Educação**, v. 16, n. 1, p. 87-102, 2010.
- CARVALHO, A. M. P. A influência das mudanças da Legislação na formação dos professores : as 300 horas de estágio supervisionado. **Ciência & Educação**, v. 7, n. 1, p. 113-122, 2001.
- CORAZZA, S. M. Currículos alternativos/oficiais: o(s) risco(s) do hibridismo. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, p. 100-114, 2001.
- DIAS, R. E.; ABREU, R. G. Discursos do mundo do trabalho nos livros didáticos do ensino médio. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 297-373, 2006.
- HYPOLITO, A. M. Políticas curriculares, Estado e regulação. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1337-1353, 2010.
- LOPES, A. C. Discursos curriculares na disciplina escolar Química. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 2, p. 263-278, 2005.
- LOPES, A. C. A organização do conhecimento escolar nos PCN para o ensino médio. *In*: ROSA, Dalva Gonçalves, SOUZA, Vanilton Camilo de (orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**, 2002a.
- LOPES, A. C. Parâmetros curriculares para o ensino médio: quando a integração perde seu potencial crítico. *In*: LOPES, Alice Casimiro. **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**, 2002b.
- LOPES, A. C. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso da contextualização. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 386-400, 2002c.

LOPES, A. C. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p. 109-118, 2004.

LOPES, Alice. Quem defende os PCN para o ensino médio?. In: Alice Casimiro LOPES e MACEDO, E. (Org.). **Políticas de currículo em contextos disciplinares**. 1 ed. São Paulo: Cortez, v. , p. 126-158. 2006.

MACEDO, E. Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o exemplo dos PCN. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 87-109, 2009.

MARTINS, A. M. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio: avaliação de documento. **Cadernos de Pesquisa**, n. 109, p. 67-87, 2000.

OLIVEIRA, O. V.; DESTRO, D. S. Política curricular como política cultural: uma abordagem metodológica de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 140-150, 2005.

PACHECO, J. A. Políticas curriculares descentralizadas: autonomia ou recentralização? **Educação & Sociedade**, n. 73, p. 139-161, 2000.

PENA, F. L. A.; RIBEIRO FILHO, A. O uso didático da história da ciência após a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio (PCNEM): um estudo a partir de relatos de experiências pedagógicas publicados em periódicos nacionais especializados em ensino de Física (2000-2006). **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 26, n. 1, p. 48-65, 2009.

Co-Autor; OSTERMANN, F. ; Co-Autor, G., 2009.

Co-Autor; OSTERMANN, F., 2005.

RICARDO, E. C. ; ZYLBERSZTAJN, A. O ensino das Ciências no nível médio: um estudo sobre as dificuldades na implantação dos parâmetros curriculares nacionais. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 19, n. 3, p. 351-370, 2002.

RICARDO, E. C.; CUSTÓDIO, J. F.; FRANK, M. R. J. Comentários sobre as Orientações Curriculares de 2006 para o ensino da Física. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 30, n. 2, p. 2401-241-6, 2008.

RICARDO, E. C.; Implementação dos PCN em Sala de Aula: dificuldades e possibilidades. **Física na Escola**, v. 4, n. 1, p. 8-11, 2003.

RICARDO, E. C.; ZYLBERSZTAJN, A. Os Parâmetros curriculares nacionais na formação inicial dos professores das Ciências da natureza e Matemática do ensino médio. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 12, n. 3, p. 339-355, 2007.

RICARDO, E. C.; ZYLBERSZTAJN, A. Os Parâmetros curriculares nacionais para Ciências do Ensino médio: uma análise a partir da visão de seus elaboradores. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 13, n. 3, p. 257-274, 2008.

SANTOS, L. L. de C. P. Políticas públicas para o ensino fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB). **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 346-367, 2002.

SILVA, D. B. R.; LOPES, A. C. Competências nas Políticas de Currículo: Recontextualização pela Comunidade Disciplinar de Ensino de Física. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 7, n.1, p. 1-20, 2007.

SILVA, T. T. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. In Silva, Tomaz Tadeu da. (org) **Territórios Contestados**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VEIT, E. A.; TEODORO V. D. Modelagem no Ensino/Aprendizagem de Física e os Novos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 24, n. 2, p. 1-17, 2002.